

ECONOMIA



Brasil.

A crise no setor automotivo, com a paralisação das montadoras, afetou diretamente as fábricas de autopeças. Em Jundiaí, o Sindicato dos Metalúrgicos homologou 300 demissões na semana passada e três

grandes fábricas anunciaram férias coletivas, a partir de amanhã, para 4.500 funcionários. A decisão dos patrões assustou os trabalhadores, segundo o vice-presidente do Sindicato, Evandro Oliveira Santos.

ENTREVISTA Rubens Ricupero

Receituário para garantir ajuda agravará os problemas sociais

O que a comunidade internacional tem a fazer para dar mais estabilidade ao sistema financeiro internacional e minimizar os impactos das crises?

Em primeiro lugar, no domínio da prevenção, é difícil deixar de reconhecer que os países têm que exercer algum controle sobre os fluxos de capital. O ideal seria controlar os fluxos que levam ao endividamento de curto prazo, que é mais na entrada. Mas em situações de emergência você às vezes tem que usar controles de saída, como fez a Malásia. Se a situação de grande liquidez dos mercados tivesse sido mantida, esse problema talvez não seria tão evidente. Mas hoje, como são os mercados financeiros que estão gerando a instabilidade, parece evidente que você tem que se proteger contra os mercados. Querer receber mais doses de liberalização é a mesma coisa que dizer que para se curar do alcoolismo é preciso redobrar a dose de vodca. É claro que você pode argumentar em termos teóricos que um país com uma economia sólida ganha com a liberalização financeira. Mas é óbvio que essa não é a nossa situação no Brasil. Em segundo lugar, é preciso adotar medidas emergenciais para quando a crise já está instalada. Precisamos de regras internacionais que permitam uma suspensão temporária de pagamentos, como existe nas legislações de falência e concordata. É mais concordata do que falência, não é um calote unilateral e não tem nada de radical. Nós na Unctad estamos propondo uma negociação internacional para que essa possibilidade de suspensão de pagamento seja incluída como uma cláusula dos contratos financeiros. Assim, o banqueiro que empresta será mais prudente em emprestar. Ele sabe que numa situação difícil ele poderá não receber.

Isso não poderia provocar um aumento dos spreads?

Os banqueiros perguntaram isso a Stanley Fischer (vice-diretor do FMI) numa reunião em que eu estava presente e ele respondeu que isso não seria mal porque o que está acontecendo é *too much of a good thing* (um excesso de coisa boa). O dinheiro está fácil demais e estão emprestando sem olhar as condições. Por isso é que os países estão se endividando além da conta no curto prazo. Mas não vai ser fácil chegar a essa negociação porque é claro que os credores não querem isso. Há uma razão adicional para tornar essa ideia mais apropriada que é o endividamento do setor privado, a grande causa do colapso em quase todos os países asiáticos. As regras no Direito nascem um pouco por causa do setor privado. Portanto, só para concluir a pergunta anterior, a solução para esse momento em que os mercados estão tumultuados seria uma combinação de controles com saída ordenada com a suspensão provisória dos pagamentos. Além disso, haveria depois a necessidade de medidas mais permanentes, que pudessem controlar o fluxo de recursos não só nos países que recebem mas também naqueles que enviam. Só que isso vai levar muito mais tempo.

Agora essa questão do pagamento de dívidas, que exige um acordo supranacional por legitimá-la, as medidas de restrição do fluxo de capitais devem ser adotadas unilateralmente, de acordo com as necessidades momentâneas de cada país, ou o senhor acha que deveria haver uma regra internacional?

Atualmente, não é preciso mudar nada para que um país estabeleça controles. No ano passado, o Fundo aprovou o início de uns estudos que poderiam levar ao estabelecimento de uma meta para que os países, gradualmente, estabeleçam a livre convertibilidade da conta capital do balanço de pagamento. Mas ainda está na fase de estudos e, no momento, não há impedimentos. Os países só não estabelecem pois não querem ficar mal nos mercados financeiros, porque aí os mercados se contraem. A Malásia, por exemplo, insistiu controles.

E recebeu muitas críticas por causa disso...

Mas está dando certo até agora. Eles repatriaram grande parte da moeda e conseguiram com isso abaixar os juros. E cedo para dizer se vão ter êxito ou não, pois um único país não pode resolver sozinho problemas que dependem de muitos outros fatores. Porém tudo indica que estão conseguindo e, na situação em que eles se encontravam, foi preciso fazer isso.

Com toda a nossa dependência ao capital externo, o senhor recomenda a mesma medida ao Brasil?

Não, a curto prazo não pode. Eu não estou dizendo isso a curto prazo. O Brasil, com essa dívida imensa que tem de curto prazo e que precisa rolar, não pode fazer isso. Teria que ser uma coisa gradual. O problema é que se permitiu que a vulnerabilidade chegasse a tal ponto que estamos que nem naqueles filmes de *western*. Estamos numa carreagem em direção ao despenadeiro e aí vem vindo um bando de apaches.

CÂMBIO



O déficit público está muito ligado à política que se adotou e tem muito a ver com a valorização prolongada e excessiva da moeda.

Uma das grandes vulnerabilidades do País em relação à crise é justamente o tamanho do déficit público. Isso poderia ter sido evitado?

O déficit público está muito ligado à política que se adotou e tem muito a ver com a valorização prolongada e excessiva da moeda. Como eu era ministro, na época em que o Real foi criado, não nego que tenho uma certa responsabilidade. Mas eu dizia em público na época que a valorização inicial era necessária apenas nas primeiras semanas, pois era o momento mais crítico em que a moeda poderia não ser aceita, não ter credibilidade. A minha convicção é que houve um erro de dosagem. Se a dose tivesse sido moderada e curta, não teria se chegado onde se chegou. E provável que a inflação não teria caído tão depressa. Mas, o que é melhor? Fazer, como fizemos, a inflação cair a menos de 2% ao ano, sem crescimento e com desemprego enorme, ou ter como o Chile teve, dez, onze anos de crescimento a 8%, com uma inflação moderada de 15% e em declínio? Sem dúvida o resultado chileno foi muito melhor.

Você nunca recuperou um ano em que se deixou de crescer. O Governo fez isso com a melhor das intenções, temendo não haver outro instrumento para seguir a inflação. Mas fez um julgamento que se revelou errôneo e, mesmo quando houve a oportunidade de mudar, não se mudou. Na época da crise mexicana, por exemplo, começou-se a mudar mas foi uma coisa lenta. Ali não teria havido a aceleração da inflação

pois a atividade econômica estava muito baixa, como hoje, e portanto o impacto inflacionário seria minimizado. O fato de que se procurou sustentar essa moeda durante muito tempo com o endividamento do Estado, tanto da dívida externa de curto prazo quanto da dívida interna, levou a elevação das taxas de juros e isso respondeu em grande parte pela deteriorização do déficit orçamentário. O déficit público no Brasil quase todo ele é financiado, são juros da dívida interna e externa.

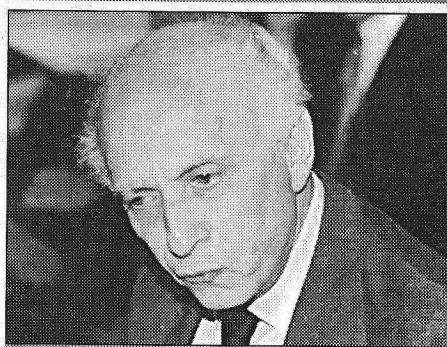
E o que que se tem a fazer agora para resolver o problema do déficit?

Eliminar o déficit sem atacar o problema dos juros, só ao custo altíssimo de uma recessão terrível. Os EUA conseguiram eliminar o déficit este ano porque tiveram oito anos de crescimento. Eliminaram porque a receita cresceu como consequência da atividade econômica. Não foi por causa de cortes. O que que vai se cortar no Brasil? Quase toda a arrecadação está comprometida com os fundos de participação dos Estados e municípios e com os recursos que têm destinação determinada pela Constituição, como educação. O Estado brasileiro pouco investe. A alternativa seria uma desvalorização gradual da moeda, com uma faixa maior mas que não fosse previsível para evitar as especulações e que permitisse a recuperação rápida do equilíbrio na balança comercial e em contas correntes. Precisamos de uma política maisativa de comércio exterior, utilizando inclusive estímulos para as exportações, de caráter fiscal e tributário. Em segundo lugar, seria preciso ter controles que permitissem a diminuição dessa dependência do endividamento de curto prazo e que permitisse também diminuir os juros. Isso aceleraria o crescimento econômico, aumentando a receita e permitindo um impacto muito maior na redução do déficit fiscal do que se terá com a adoção de medidas puramente contracionistas.

Mas ao que parece, se sair a ajuda do Fundo Monetário o País deverá adotar medidas contracionistas.

Se a ajuda do FMI vier atrelada à adoção de uma política que produza um superávit fiscal de 3% sem cortar os juros, o custo social num país que já está com taxas de desemprego muito elevadas vai ser muito grande. Precisamos tentar obter do FMI e da comunidade internacional uma compreensão de que é necessário haver uma maior flexibilidade na aplicação desse tipo de ajuda, para evitar uma recessão que venha a agravar problemas sociais que já estão entre os mais graves do mundo. O Brasil poderia ser um exemplo para uma mudança da abordagem tradicional do

MUDANÇA



O Brasil poderia ser um exemplo para uma mudança da abordagem tradicional do FMI. Mas acho duvidoso que a comunidade internacional tenha essa flexibilidade

FMI. No entanto, acho duvidoso que a comunidade internacional tenha essa flexibilidade.

A crise financeira é temporária ou sistemática?

Há tempos que víhamos dizendo que a crise era sistemática e sempre havia muita resistência. Mas hoje, até o presidente americano Bill Clinton está dizendo isso. Em 10 anos, tivemos cinco grandes crises, uma atrás da outra. Na raiz dessa freqüência e intensidade das crises financeiras e monetárias há uma combinação de um aumento imenso dos fluxos financeiros, sem nenhuma relação mais direta nem com o financiamento do comércio, nem com a indústria - muito é especulação com moedas estrangeiras -, com uma grande liberalização dos mercados e das barreiras de controles de fluxo de capital. Isso é algo de novo no mundo. Até o começo dos anos 80, havia apenas três países no mundo que não tinham controles, Estados Unidos, Suíça e o Reino Unido. A Alemanha só começou a liberalizar em 84, o Japão mais tarde. França e Itália só no final da década de 80. Ora, se essas economias que são economias capitalistas maduras demoraram tanto tempo, o que não dizer de países que não têm ainda um sistema financeiro muito sólido. Quando Bretton Woods foi criado em 44, os controles financeiros eram elementos permanentes do sistema. Isso foi abandonado em 71 e passou-se de um sistema em que todas as moedas eram fixas para um sistema flutuante. Na época, pensou-se que a liberalização ia

gerar uma turbulência de uns três ou quatro anos e que depois tudo se estabilizaria. Mas isso foi há 27 anos e o mercado ainda não se adaptou. É sinal de que alguma coisa não está funcionando.

O mundo vai entrar em uma grande recessão?

Não me atrevo a dizer que vai haver um grande colapso como nos anos 30, seria leviano. Ainda não estamos nessa situação, mas há sinais muito claros de que estamos caminhando para uma deflação. Nos Estados Unidos há vários meses tem havido sinais de queda nos preços dos produtos manufaturados, que é um indicativo de deflação. Há dez meses que caem os preços dos produtos também na China. No Japão, no ano passado, excluindo os produtos farmacêuticos cujo preço é decretado pelo governo, houve deflação. É um panorama muito preocupante. O comércio internacional este ano vai crescer bem menos que o ano passado em volume, deve cair em cerca de 50%, e é capaz até que em termos de valor ele não cresça. Essa situação vai se acentuar no ano que vem. As bolsas crescem um pouco na base da ideia de que a prosperidade da Ásia era um elemento constante do futuro. Agora tudo está tendo que ser revisto dentro de uma presunção de que não há mais uma locomotiva no mundo em matéria de crescimento. Mas até a um ano atrás, o Fundo era muito otimista e dizia que a situação era rosea. É até cômico. A cada quatro meses eles faziam uma revisão para baixo. Mas nós estamos dizendo isso há algum tempo. Em 1990, o relatório da Unctad já dizia que essa década ia ser caracterizada pela turbulência financeira.

A alternativa protecionista, de fechar as portas para o mundo globalizado, tampouco ajudaria os países em desenvolvimento a crescer. Ou o senhor acha que ajudaria?

Não há nenhuma evidência na literatura que associe crescimento econômico com liberalização financeira. Portanto, a liberalização não é um elemento fundamental. Mesmo porque, as grandes experiências de crescimento econômico que aconteceram no após guerra - que foram a recuperação da Europa, o crescimento do Japão e, hoje, o crescimento da China - todas as três se fizeram em conjunturas de fortes controles de capital. Todas, sem exceção. Mas não quero dizer que o modelo liberal esteja completamente errado. O Estado precisava ser corrigido, precisava tornar-se mais eficiente. É fundamental combater a inflação e o déficit e ter elementos básicos sólidos. Mas é preciso ir além desse consenso de Washington. Isso não basta para gerar crescimento. O crescimento tem que nascer de dentro para fora. É ilusão pensar que você vai crescer por causa do mercado financeiro - pelo menos pelos próximos anos isso não vai acontecer. Esse modelo que confia demais na capacidade do próprio mercado de mudar a estrutura, a longo prazo não serve nem para o Brasil nem para a América Latina. Precisamos de uma estratégia clara de política industrial, comercial e de competitividade. O que aconteceu em nosso continente é que passamos de um extremo em que o Estado queria planejar tudo para outro em que, com uma certa ingenuidade, se pensou que a abertura de capitais iria atrair investimentos sólidos. Mas no Brasil, grande parte dos investimentos desses últimos anos foram para o setor de *non-tradeables* ou serviços, como foi o caso da privatização das telés. Pode ser até que melhore a eficiência, mas esse investimento vai gerar importação de equipamentos e também mais pressão sobre o balanço de pagamentos pois as empresas vão remeter juros e dividendos para suas matrizes. Precisamos estabelecer uma estratégia de comércio exterior que procure atrair investimentos que aumentem a capacidade brasileira de gerar exportações. Essa preocupação não existiu. Em primeiro lugar, com a moeda valorizada é muito difícil conseguir incentivar as exportações. Em segundo, não houve nenhuma preocupação em fazer isso. Com um déficit dessa ordem, qualquer dinheiro que entra é bom, sem levar em conta o efeito que vai ter depois. Tem muito pouco exemplo de investimentos externos que irão gerar exportações. Nossas exportações, mesmo medianas como são, são em grande parte o resultado do último grande ciclo de investimentos que a economia brasileira conheceu, no final dos anos 70. Foi o ciclo em que se investiu nos grandes projetos, na Vale do Rio Doce, em minério de ferro, aço, ferros-liga, alumínio, papel e celulose, suco de laranja, soja. Depois disso não houve mais nada e até hoje vivemos daqueles investimentos. Qual é o ciclo de investimentos que vai permitir o Brasil a exportar no futuro? Não quero exagerar, alguma coisa existe, mas é pouco e não é suficiente para um país que está se endividando cada vez mais. Todo o projeto nacional precisa ser repensado.